

Ministros dão apoio à idéia de choque liberal

A sugestão, do deputado César Maia, inclui economistas ortodoxos no comando econômico

BRASÍLIA — Não apenas o medo da hiperinflação, mas também o pavor de "terminar como o governo de Alfonsín", leva alguns dos ministros mais chegados ao presidente José Sarney a apoiar uma política mais forte de combate ao déficit público e à alta desenfreada de preços. A combinação desses dois temores explica o interesse do Palácio do Planalto pela proposta de um "choque liberal", apresentada pelo deputado pedetista César Maia, assessor econômico do candidato Leonel Brizola.

A sugestão do "choque liberal" inclui a nomeação de economistas conhecidamente ortodoxos para o comando da política econômica e para a presidência do Banco Central. Dois nomes foram sugeridos pelo próprio César Maia e logo considerados no Palácio do Planalto: Paulo Rabello de Castro, redator-chefe da revista **Conjuntura Econômica** e professor da Fundação Getúlio Vargas, e Paulo Guedes, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ib-

mec), presidente do Banco Pactual, com sede no Rio de Janeiro, e também assessor econômico de um candidato à Presidência da República, o deputado paulista Guilherme Afif Domingos, do PL.

Os dois economistas foram procurados há duas semanas por emissários do governo federal e pelo menos um deles, Paulo Rabello de Castro, esteve há poucos dias no Palácio do Planalto. No contato inicial, os emissários falaram sobre as preocupações em relação à alta dos preços e pediram comentários escritos a respeito da provável evolução da crise brasileira nos próximos meses, além de idéias para uma terapia mais eficaz.

O CASO DO MANDATO

As idéias de Guedes devem ser conhecidas no Palácio do Planalto há pelo menos dois anos, quando ainda se discutia o apoio dos partidos ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Naquela ocasião, o grupo dissidente do PFL, liderado pelos senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen, decidiu condicionar a um projeto econômico seu apoio à proposta dos cinco anos. Os senadores convidaram Guedes para uma conversa e depois lhe encomendaram

um texto com sugestões. As propostas formuladas nessa ocasião incluíam a redução dos ministérios a apenas dez, demissões de funcionários e eliminação de incentivos fiscais e de subsídios. Guedes, Maciel e Bornhausen redigiram o documento. O texto foi mostrado ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e ele também convidiu o economista para uma conversa. O ministro se mostrou favorável à idéia do choque. A política, no entanto, acabou não sendo aplicada, embora o estudo tenha sido enviado ao Planalto. Magalhães é um dos atuais defensores de uma nova política antiinflacionária. A idéia tem sido apoiada também pelos ministros da Justiça, Oscar Dias Corrêa, do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e do Serviço Nacional de Informações (SNI), Ivan de Souza Mendes.

Paulo Rabello de Castro e Paulo Guedes têm defendido consistentemente as idéias mais liberais de política econômica, com posições até mais ortodoxas que as de conhecidos monetaristas como os professores Mário Henrique Simonsen e Affonso Celso Pastore. Rabello de Castro tem sugerido, entre outras reformas, a liberalização completa do mercado de câmbio. Guedes concorda com a inovação — aplicável sem risco de perda de reservas, segundo ele, depois de adotado um severo programa de estabilização econômica. Ambos também propõem simplificação, redução do número e rebaixamento das alíquotas do imposto de renda e ampliação da base de cobrança (cada um pagaria menos, mas todos pagariam: esse é o argumento).



AE



Guedes e Rabello: entre os indicados para executar o "choque"